

Legislação/Documents Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS: ATITUDE DE AMPLIAÇÃO DE ACESSO	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf	Cria a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC)
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.960, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html	Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos
PORTARIA Nº 122, DE 6 DE JULHO DE 2012	http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=108&aedicaano=2012&ccadercodi=2&csecaocodi=51&cmatercodi=1&Q P=Integrativas&TP=	Criação da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em saúde da Cidade do Recife
PORTARIA Nº 1.083, DE 23 DE MAIO DE 2014	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1083_23_05_2014.html	Institui o incentivo financeiro de custeio para o ente federativo responsável pela gestão das ações de atenção integral à saúde dos adolescentes em situação de privação de liberdade
NOTA TÉCNICA Nº 2/2022-COSAJ/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-2-2022-cosaj-cgcivi-dapes-saps-ms.pdf	Dispõe sobre recomendações aos profissionais de saúde para o atendimento de adolescentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde
DIRETRIZES NACIONAIS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS NA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf	Dispõe sobre a organização da atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens nos estados e municípios
PORTARIA GAB/SS/PCR NO 031 DE 21 DE MARÇO DE 2006	https://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=34&aedicaano=2006&ccadercodi=2&csecaocodi=12&cmatercodi=1&QP=&TP=	Cria o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra (GTSPN) com o objetivo principal de implantação da Política Municipal de Atenção à Saúde da População Negra
DECRETO Nº 11.656, DE 23 DE AGOSTO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11656.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.656%2C%20DE%202023,de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Igualdade%20Racial.	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
DECRETO Nº 43.777, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016	https://www.policiacivil.pe.gov.br/images/docs/decretos/2016/decreto%20n%2043.777%20de%2021.11.2016.pdf	Dispõe sobre a inclusão do quesito raça ou cor nos sistemas de informação, avaliação, monitoramento, coleta de dados, censos, ações e programas no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta
LEI Nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023	https://legis.senado.leg.br/norma/37030635#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,ca%20mpo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20SUS.&text=Quanto%20%C3%A0%20vig%C3%Aancia%20desta%20Lei,5%C2%BA.	Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS
PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL, 2021-2030	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view	Diretriz para a prevenção dos fatores de risco das Dant e para a promoção da saúde da população com vistas a dirimir desigualdades em saúde
PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/saes/2020/poc0010_24_04_2020.html https://www.inca.gov.br/publicacoes/relatorios/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-do-tabagismo	Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo
PORTARIA GM/MS Nº 502, DE 1º DE JUNHO DE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/legislacao/portaria-gm-ms-no-502-de-1o-de-junho-de-2023/view	Institui o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
DECRETO Nº 11.793/2023, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite
PORTARIA GM/MS Nº 1.526, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
PORTARIA Nº 067/2016	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/portaria_politica_municipal_de_atencao_integrada_a_saude_da_pessoa_com_deficiencia.pdf	Aprova a Política Municipal de Atenção Integrada à Saúde da Pessoa com Deficiência
PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html	Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, incluindo o direito ao uso do nome social de pessoas trans e travestis

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)
PORTARIA Nº 35/2016-GAB/SS, DE 08 DE JULHO DE 2016	https://dome.recife.pe.gov.br/dome/doDia.php?dataEdicao=2016-07-12 Página 6 e 7	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Municipal de Saúde Integral LGBT)
LEI ESTADUAL Nº 13.959, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3760&tipo=TEXTOATUALIZADO	Dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana
LEI ESTADUAL Nº 16.245, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16245&complemento=0&ano=2017&tipo=&url=	Altera a Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.529 DE 19 DE JANEIRO DE 2015	https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/decreto/2015/2852/28529/decreto-n-28529-2015-autoriza-a-adesao-ao-programa-mae-coruja-pernambucana?r=p	Autoriza a Adesão, do município, ao Programa Mãe Coruja Pernambucana
PORTARIA Nº 1.707, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1707_23_09_2016.html	Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos; unifica o repasse do incentivo financeiro de custeio por meio do Piso Variável da Atenção Básica (PAB Variável); e redefine os critérios de similaridade entre Programas em desenvolvimento no Distrito Federal e nos Municípios e o Programa Academia da Saúde
DECRETO MUNICIPAL Nº 22.345, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2006/2235/22345/decreto-n-22345-2006-reestrutura-o-regulamento-do-programa-academia-da-cidade	Reestrutura o regulamento do programa academia da cidade
PORTARIA MS Nº 2.528, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006	https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/antigos/portaria-ms-no-2-528-de-19-de-outubro-de-2006	Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
LEI Nº 10.741 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10741&ano=2003&ato=c8egXU610dRpWT951	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso
GUIA PRÁTICO SOBRE A HANSENÍASE	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/hansenise/guia-pratico-de-hansenise.pdf/view	Auxiliar os profissionais de saúde no âmbito da vigilância, atenção básica e demais níveis de atenção

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA HANSENÍASE	https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/publicacoes_ms/copy_of_20230131_PCDT_Hanseniose_2022_eletronica_ISBN.pdf	--
PORTARIA GM/MS Nº 635, DE 22 DE MAIO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799	Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde
PORTARIA GM/MS Nº 5.273, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	https://cosemspi.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-DOU-Imprensa-Nacional.pdf	Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes da Atenção Primária à Saúde
PORTARIA GM/MS Nº 825, DE 7 DE JULHO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-825-de-7-de-julho-de-2023-495194731	Habilita Municípios a receberem recursos referentes à Assistência financeira emergencial para custeio da Atenção Primária à Saúde
DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.286 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm	Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.055, DE 25 DE ABRIL DE 2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pr1055_26_04_2017.html	Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações
CADERNO DO GESTOR DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_PSE_1ed.pdf	Material de apoio para gestores do programa
LEI Nº 10.216, 06 DE ABRIL DE 2001	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental
PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
PORTARIA Nº 106 , DE 11 DE FEVEREIRO DE 2000	https://saude.es.gov.br/Media/sesa/OSS/SRT/Portaria%20MS.GM%20n%C2%BA106,%20de%2011%20de%20fevereiro%20de%202000;.pdf	Estabelece as características, organização e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) no Sistema Único de Saúde (SUS)

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
PORTARIA Nº- 3.090, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html	Dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) (SUS)
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual
DECRETO Nº 11.432, DE 8 DE MARÇO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm#:~:text=DECRETA%3A%20promoc%3A%20da%20dignidade%20menstrual.	Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual
LINHA DE CUIDADO DA SAÚDE DA MULHER	https://sites.google.com/view/protocolomulherrecife/protocolo-de-aten%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-do-recife-aten%C3%A7%C3%A3o-ao-pr%C3%A9-natal-parto-e-puerp%C3%A9	--
PORTARIA NO 92/2021 – GAB/SS, DE 26 DE ABRIL DE 2021	https://drive.google.com/file/d/13d5YVfOmmyjvniul5S_2fQAmOIUXCc-J/view	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População em Situação de Rua (PSR)
DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207053&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017	https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf	Garantir o cuidado integral à saúde das mulheres do Recife
PLANO NACIONAL PELO FIM DA TUBERCULOSE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/brasil-livre-da-tuberculose/view	Oferecer subsídios para que gestores em saúde e coordenadores dos programas de TB possam planejar, priorizar, implementar e monitorar ações estratégicas de controle da doença, de acordo com as necessidades e as características de seus cenários e subcenários, no período de 2021 a 2025

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
MANUAL DE RECOMENDAÇÕES E CONTROLE DA TUBERCULOSE NO BRASIL	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/manual-de-recomendacoes-e-controle-da-tuberculose-no-brasil-2a-ed.pdf/view	Estabelece as diretrizes nacionais para o controle da doença, que incluem procedimentos clínicos padronizados, procedimentos laboratoriais, sistema de vigilância, ações de biossegurança e organização de serviços
PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA DA INFECÇÃO LATENTE PELO MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS NO BRASIL	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/protocolo-de-vigilancia-da-infeccao-latente-pelo-mycobacterium-tuberculosis-no-brasil.pdf/view	Oferecer aos profissionais de saúde e aos programas de controle da tuberculose (TB) subsídios para a implantação da vigilância da infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis em seus territórios
MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA VACINAÇÃO/2024	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/manual-de-normas-e-procedimentos-para-vacinacao.pdf/view	Fornecer aos gestores e aos profissionais de saúde um referencial teórico e operacional para a prática humanizada, acolhedora, segura e efetiva das atividades de imunização, promovendo serviços éticos e de excelência
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO 2024	https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-calendario-nacional-de-vacinacao-2024.pdf	--
PORTARIA GM/MS Nº 3.288, DE 8 DE MARÇO DE 2024	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.288-de-8-de-marco-de-2024-547513183	Estabelece incentivo financeiro de custeio, de caráter excepcional e temporário, para o desenvolvimento da Estratégia de Vacinação nas Escolas, da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e do Monitoramento das Estratégias de Vacinação no Brasil
RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0197_26_12_2017.pdf	Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana
PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3005_05_01_2024.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para atualizar as regras do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do Programa Melhor em Casa (PMec)
PRIMEIRO PLANO DECENAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DO RECIFE 2020 - 2030	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/livro_da_primeira_infancia_v00.49.pdf	--
PORTARIA Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html	Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
PORTARIA GM/MS Nº 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
CARTA DO RECIFE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-homem/publicacoes/carta-do-recife-2023/view	Por uma política pública de atenção integral aos homens na saúde para promoção da paternidade e do cuidado no Brasil
NOTA TÉCNICA Nº 34/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/M	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/sei_ms-0033574409-nota-tecnica-laqueadura-vasectomia.pdf	Trata-se de orientações a gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal em relação à Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022, que alterou a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, sobre Planejamento Familiar
PORTARIA GM/MS Nº 3.562, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2021	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562_15_12_2021.html	Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)
PORTARIA GM/MS Nº 1.723, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/arquivos/portaria-1723-2023.pdf	Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), referente ao exercício financeiro de 2023
PORTARIA Nº 1.056, DE 24 DE MAIO DE 2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1056_24_05_2016.html	Habilita os Municípios que receberão recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados
PORTARIA Nº 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html	Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 2 /2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html	Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica, na Rede de Atenção à Saúde (RAS). (Origem: PRT MS/GM 2436/2017, Art. 1º)
MANUAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO RECIFE	https://drive.google.com/file/d/1gbXzoplhgiRcArO6UvRaj-TsWZjgLFi/view	--

Legislação/Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/Assunto
CARTEIRA DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/pt-br/repositorio-institucional https://drive.google.com/file/d/17M0QywuwxMkzhju7Zlq0oIUlKuUv0sEF/view	A carteira de serviços da AB do recife visa nortear as ações de Saúde oferecidas pelos profissionais da Atenção Básica à população no município do Recife